

FACULDADE EDUFOR
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**ONG NAVE E AS EXPRESSÕES DO TERCEIRO SETOR: uma análise dos
impactos do projeto “Sitinho Trançando Arte” no bairro Vila Maranhão em São
Luís/MA**



São Luís

2021

VALDIRENE SILVA FERREIRA MOURÃO

**ONG NAVE E AS EXPRESSÕES DO TERCEIRO SETOR: uma análise dos
impactos do projeto “Sitinho Trançando Arte” no bairro Vila Maranhão em São
Luís/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade Edufor, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharelado em Serviço
Social.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Izamara Nunes Sousa

São Luís

2021

M929o Mourão, Valdirene Silva Ferreira

ONG NAVE e as expressões do terceiro setor: uma análise dos impactos do projeto “Sitinho Trançando Arte” no bairro Vila Maranhão em São Luís/MA / Valdirene Silva Ferreira Mourão. — São Luís: Faculdade Edufor, 2021.

49f.

Trabalho de Conclusão de Curso (SERVIÇO SOCIAL) — Faculdade Edufor - São Luís, 2021.

Orientador(a): Ma. Izamara Nunes Sousa

1. ONG. 2. Terceiro setor. 3. Impactos. 4. projeto. 5. Sitinho Trançando Arte I. Título.

VALDIRENE SILVA FERREIRA MOURÃO

**ONG NAVE E AS EXPRESSÕES DO TERCEIRO SETOR: uma análise dos
impactos do projeto “Sitinho Trançando Arte” no bairro Vila Maranhão em São
Luís/MA**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao
Curso de Serviço Social da Faculdade Edufor, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Izamara Nunes Sousa
Mestra em Desenvolvimento Socioespacial (UEMA)
Orientador(a)

Profa. Enaire de Maria Sousa da Silva
Mestra em Desenvolvimento Socioeconômico (UFMA)

Profa. Andreia Santana Lauande
Mestra em Políticas Públicas (UFMA)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero exaltar o nome de Jesus por tudo o que tens feito por mim. Obrigada Senhor, por não permitir que eu desistisse, pela força e coragem para prosseguir.

Agradeço ao meu esposo Keilon Mourão e ao nosso filho Matthias Mourão, por tanto me apoiarem com suas orações e companheirismo.

Aos meus Pais, Maria e Valdir, que torcem incansavelmente por esta filha.

Obrigada a todos os amigos que fiz nessa trajetória, aos queridos professores que passaram em minha vida, e contribuíram para minha formação acadêmica. Em nome de todos eles, quero agradecer à minha coordenadora de Curso, professora Christiane Lima e a minha orientadora Izamara Nunes Sousa. Obrigada por tanto.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso objetivou analisar os impactos do projeto Sitinho Trançando Arte, sob execução da ONG Nave, em um específico recorte social de mulheres em situação de vulnerabilidade econômica. A perspectiva crítica associada à teoria social vincula-se à análise completa do estudo, desde a teorização do contexto de surgimento das expressões do terceiro setor no Brasil, até às discussões empíricas oriunda da coleta de dados. Os procedimentos e fontes da coleta de dados utilizados foram: pesquisa bibliográfica (artigos, livros, anais, documentos disponibilizados pela ONG Nave) e pesquisa de campo orientada por uma entrevista semiestruturada para com as envolvidas no projeto e documentos utilizados no processo de estágio da autora. Optou-se utilizar entrevista semiestruturada, com roteiro previamente organizado pela ONG Nave, no intuito de compreender os instrumentos de intervenção e monitoramento dos projetos pela organização. Portanto, buscou-se efetiva reflexão acerca dos impactos do projeto no cotidiano das envolvidas, apreendendo características e particularidades do trabalho e geração de renda para mulheres no bairro Vila Maranhão, em São Luís/MA.

Palavras-Chave: ONG; terceiro setor; impactos; projeto; Sitinho Trançando Arte.

ABSTRACT

The present Course Conclusion Work aimed to analyze the impacts of the project Sitinho Trançando Arte, under execution of the Nave NGO, in a specific social grouping of women in a situation of economic vulnerability. The critical perspective associated with social theory is linked to the complete analysis of the study, from the theorization of the context of the emergence of the expressions of the third sector in Brazil, to the empirical discussions arising from data collection. The procedures and sources of data collection used were: bibliographic research (articles, books, annals, documents made available by the NGO Nave) and field research guided by a semi-structured interview to those involved in the project and documents used in the internship process of the author. We chose to use semi-structured interviews, with a script previously organized by the NGO Nave, in order to understand the instruments of intervention and monitoring of the projects by the organization. Therefore, we sought an effective reflection on the impacts of the project on the daily lives of those involved, learning characteristics and particularities of work and income generation for women in the neighborhood Vila Maranhão, in São Luís/MA.

Keywords: ONG; third sector; impacts; project; Sitinho Trançando Arte.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais
FMI	Fundo Monetário Internacional
MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NAVE	Natureza, Arte, Vida e Educação
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OSFL	Organizações Sem Fins Lucrativos
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa estratégico da ONG NAVE.....	27
Figura 2 – Localização via satélite do bairro Vila Maranhão.....	29
Figura 3 – Logomarca do projeto Sitinho Trançando Arte.....	31
Figura 4 – Artigo produzido pelo projeto Sitinho Trançando Arte.....	32
Figura 5 – Artigo produzido pelo projeto Sitinho Trançando Arte.....	32
Figura 6 – Ciclo do projeto.....	34
Tabela 1 – Impactos do projeto Sitinho Trançando Arte.....	40

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 TERCEIRO SETOR NO BRASIL: CONCEITO, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ATUALIDADE.....	13
2.1 A ASCENSÃO NEOLIBERAL E O ESTADO MÍNIMO: IMPLICAÇÕES PARA O DEBATE.....	16
2.2 O PAPEL DAS ONGS NO BRASIL.....	23
3 ONG NAVE: UM ESTUDO A PARTIR DOS IMPACTOS DO PROJETO “SITINHO TRANÇANDO ARTE” NO BAIRRO VILA MARANHÃO	27
3.1 BAIRRO VILA MARANHÃO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	29
3.2 IMPACTOS DO PROJETO SITINHO TRANÇANDO ARTE.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	44
APÊNDICE.....	47

1 INTRODUÇÃO

Revelando-se em um contexto de desmonte dos direitos sociais, o chamado terceiro setor se configura como uma resposta alternativa no trato às expressões da questão social. Orientada na época por interesses contraditórios, de um lado instituições que buscam através da filantropia empresarial difundir a reprodução do capital e, de outro lado, o surgimento de ONGs atrelada aos movimentos sociais.

Remontando a história, no Brasil, as primeiras manifestações do terceiro Setor iniciaram-se na Santa Casa de Misericórdia de Santos, no período da colonização portuguesa. As principais instituições e associações ofereciam assistência à saúde, educação, alimentação e todas eram ligadas à igreja católica, o que caracterizava a caridade e filantropia da época.

Já no século XX, em meados da década de 1970, desenhou-se no cenário político uma relação de oposição entre Estado e sociedade civil, sendo esta última a expressão do que Duriguetto (2010, p. 312) indica de chamados 'novos movimentos sociais', que passaram a dinamizar processos de mobilização de defesa, conquistas e ampliação de direitos, demarcando o fortalecimento da sociedade civil como espaço de organização da classe.

A partir da década de 1990, a sociedade civil se organiza com o intuito de minimizar as sequelas sociais e fomenta organizações que lutem em prol dessas expressões de vulnerabilidade social. O surgimento das associações e ONGs (organizações não governamentais) dá-se pela necessidade social, ou seja, a partir do momento em que a sociedade se percebe desassistida no sentido de ver seus direitos não assegurados por parte do Estado.

Com início em 1995, no primeiro ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, desenvolve-se um grande processo de privatização dos órgãos públicos no país. Foram suprimidos também diversos direitos trabalhistas com perdas significativas para a classe trabalhadora.

O processo de reforma gerencial do Estado atingiu, sem dúvidas, o conjunto dos direitos sociais preconizados na Constituição Federal de 1988. Subordinou-se as políticas sociais ao grande capital, alinhado ao neoliberalismo, através de orientações macroeconômicas. Nesse cenário, a responsabilização do trato da questão social passa a ser transferida à sociedade civil, sendo efetivada uma nova face da refilantropização.

Tais organizações atuam em diversos âmbitos, tais como: meio ambiente, educação, defesa dos direitos dos idosos, de crianças e adolescentes, com objetivo de sanar problemáticas a curto ou médio prazo. Sabe-se que, por mais que essas ações filantrópicas beneficiem as classes vulnerabilizadas, muitas das vezes essas ações possuem um caráter paliativo, seletivo e focalizado em demandas mais urgentes.

De acordo com a pesquisa realizada em 2003 pela Organização das Nações Unidas (ONU), 42 milhões de pessoas praticam algum tipo de voluntariado ou ato de caridade em prol do próximo, visando a melhoria ao menos momentânea de suas demandas. No entanto, esse tipo de intervenção não é suficiente para responder às reais necessidades da população e suas complexidades.

Espalhando-se por todo o Brasil, de forma numerosa, as Organizações não Governamentais (ONGs), Organizações Sem Fins Lucrativos (OSFL), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), entidades de direito privado, entre outras determinações, apresentam um conjunto de possibilidades para atuação e intervenção profissional.

Desse modo, é de suma importância falar de tal tema, pois ainda há muito o que se desmistificar e ampliar o entendimento em relação às políticas públicas e sociais e de que forma o terceiro setor corrobora para a inserção das mesmas na sociedade e como as organizações impactam na sociedade. Compreendo, portanto, o enriquecer nas discussões sobre a temática que este trabalho pode possibilitar sobre o terceiro setor, contribuindo para as pesquisas que revelem uma atitude investigativa em relação ao cotidiano da formação profissional.

O interesse em estudar o tema surgiu através da experiência que tive em estágio, onde observei um dos projetos realizados pela ONG Nave, no período de 2020, que desenvolve, especificamente nesse projeto, um trabalho de geração de renda através da confecção de artesanatos para mulheres em vulnerabilidade social, a maioria vivendo com renda menor que um salário mínimo mensal.

Desta experiência, surgiu o desejo de desenvolver, através de uma pesquisa de campo, o trabalho monográfico, o qual teve por título “ONG NAVE e as expressões do Terceiro Setor: uma análise dos impactos do projeto “Sitinho Trançando Arte” no Bairro Vila Maranhão em São Luís/MA”, cujo objetivo central é analisar os impactos das organizações do terceiro setor, sob um específico recorte do projeto social citado anteriormente já em execução pela ONG Nave.

Além disso, elencou-se para essa pesquisa os seguintes objetivos específicos alinhados à: analisar a relação histórica das organizações que fazem parte do terceiro setor e os seus impactos na sociedade, no contexto de reestruturação produtiva e da tendência de retração do Estado no trato com as expressões da questão social.

Feito isso, é necessário identificar a atualidade desse setor e os projetos que compõem essa noção de responsabilidade social perante os vulneráveis. Assim foi feito compreendendo as nuances e especificidades do projeto anteriormente citado desenvolvido pela ONG Nave.

A presente pesquisa se deu pelas seguintes formas: a) pesquisa bibliográfica sobre o objeto em questão, baseando-se em livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado sobre as transformações no mundo do trabalho, reforma gerencial do Estado, terceiro setor, além das pesquisas institucionais referentes à ONG Nave; e b) pesquisa de campo, onde procedeu-se o exploratório do campo de pesquisa, a fim de conhecer o projeto “Sitinho Trançando Artes” da ONG Nave.

A perspectiva metodológica adotada para o estudo pauta-se no materialismo histórico dialético para analisar os fenômenos sociais historicamente inseridos na dialética das relações sociais, sendo possível problematizar categorias centrais presentes na pesquisa. Isso porque, para aprofundar as reflexões sobre o tema, adota-se uma perspectiva crítica de totalidade.

Com a finalidade de observar os fatos e fenômenos da maneira como ocorrem na realidade por meio da coleta de dados. Posteriormente tais dados foram analisados e interpretados com base em uma fundamentação teórica sólida e bem fundamentada. Aqui, portanto, foram expostas as informações levantadas por meio da observação, o que de fato é real nesse espaço.

Assim, com maior ênfase na abordagem qualitativa, aproximei os fatos das experiências vividas em campo e para as questões que problematizei enquanto eixo central dos meus objetivos de análise. Pois, assim como menciona Martinelli (1999, p.21) “o dado numérico em si nos instrumentaliza, mas não nos equipara para trabalhar com o real em movimento, na plenitude que buscamos”.

Por isso, torna-se fundamental buscar metodologias de pesquisa que apreendam em sua dinâmica as interpretações para além da coleta de informações, mas que busquem sujeitos e suas histórias. Os dados da pesquisa qualitativa “[...]”

ganham vida com as informações outras, com os depoimentos, com as narrativas que os sujeitos nos trazem” (MARTINELLI, 1999, p.21).

Desse modo, disponho-me a sistematizar um amplo arcabouço teórico crítico. Portanto, o percurso metodológico do trabalho de conclusão de curso envolveu desde a abordagem teórica, os instrumentais relacionados à apreensão dos dados, bem como a criatividade, que de acordo com Minayo (2011, p.16) é o alicerce em qualquer trabalho de investigação.

No processo da pesquisa de campo, foi realizado uma entrevista semiestruturada – por compreender que essa técnica atende as necessidades da pesquisa e por permitir certa flexibilidade – de questionário na comunidade Sitinho com um quantitativo de mulheres. Tais dados se propunha obter foram: um estudo socioeconômico do antes e depois que o projeto iniciou, quantas mulheres participaram ativamente, e questionamentos acerca das condições dessas mulheres com o projeto já instaurado, além da autonomia financeira que obtiveram.

Com o roteiro de entrevista, a análise deu-se por abordagem, de acordo com faixa etária, situação do antes e depois do projeto. Com 15 (quinze) mulheres participando do projeto, devido a situação pandêmica de covid-19, a realização do questionário ocorreu com apenas 3 (três) mulheres.

Após a finalização desse processo, sistematizou-se todos os dados coletados e transcreveu-se a partir do capítulo de pesquisa de campo. Com resultados e impressões críticas dos dados, buscou-se alinhar a análise do impacto do projeto estudado com a realidade socioeconômica atual das pessoas que se envolvem com o mesmo e a percepção de contribuição que a ONG Nave possui com as informações levantadas.

Portanto, esta última etapa corresponde à análise e interpretação dos dados em relação aos objetivos (geral e específicos) propostos e ao tema. Com essa etapa, foi viável organizar os indicadores qualitativos cruciais dos impactos do projeto estudado. Em suma, foi elaborado a partir dos elementos citados a redação do trabalho de conclusão de curso sob fundamentação teórica estabelecendo mediações com os dados empíricos.

Este trabalho está estruturado em dois capítulos, os quais detêm suas peculiaridades, mantendo a coerência e lógica entre eles. No primeiro capítulo, a discussão recorre a um resgate histórico da evolução do terceiro setor no comando da agenda neoliberal e sua ascensão no Brasil, assim como o debate a respeito da

posição do Estado diante de sua intervenção nas políticas sociais. O segundo capítulo, tece-se os dados empíricos da coleta de dados quanto o projeto estudado e os resultados obtidos. A finalidade dessa interlocução é desmistificar e ampliar a visão da sociedade e da academia, que devemos nos aprofundar acerca da temática que tem sido relevante nos últimos anos, pois observa-se um desmonte dos direitos sociais que afetam principalmente a vida dos trabalhadores.

2 TERCEIRO SETOR NO BRASIL: CONCEITO, EVOLUÇÃO HISTÓRICA E ATUALIDADE

A noção do termo “terceiro setor” pretende-se, a priori, definir um fenômeno social e complexo. Segundo Montañó (2007, p.184) o chamado terceiro setor representa uma denominação equivocada para designar um fenômeno social.

Por ser um termo equivocado – e isto não é um acidente –, leva a pensar este fenômeno como sendo as organizações da sociedade civil e, portanto, conduz, a uma desarticulação do real que proporciona maior aceitação do fenômeno em questão: em lugar das organizações do Estado (burocrático e ineficiente) ou do mercado (lucrativo) para responder às demandas sociais, as organizações da sociedade civil assumem essa tarefa. (MONTAÑO, 2007, p.184)

Nessa perspectiva, o termo terceiro setor se define pelos seus fins e pode designar agentes privados. Segundo Fernandes (2002), o terceiro setor é composto por organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios.

Em suma, o **primeiro setor** seria representado pelas atividades estatais (Estado), o **segundo setor** seria composto por agentes que buscam objetivos privados, ou seja, orientados pela lógica do mercado, buscam o lucro. Já o **terceiro setor** é representado por um conjunto de organizações que realizam atividades não governamentais, sem fins lucrativos.

[...] o termo “terceiro setor” é constituído a partir de um recorte do social em esferas: O Estado (primeiro setor), o Mercado (segundo setor) e a Sociedade Civil (terceiro setor). Recorte este claramente neopositivista, estruturalista, funcionalista ou liberal, que isola e autonomiza a dinâmica de cada um deles, que, portanto, desistoriciza a realidade social [...] num conceito reducionista. (MONTAÑO, 2007, p.23)

Precisamos considerar, no entanto, que essas definições são vinculadas à ideologia dominante e sua reprodução simbólica dos contextos de alienação. Essa perspectiva, por exemplo, inspira-se no estruturalismo e neopositivismo ao “isolar os supostos setores uns dos outros”.

A expressão terceiro setor, traduzido do inglês Third Sector, é parte do vocabulário sociológico corrente nos Estados Unidos. Como se vê, não é uma expressão neutra, tem uma nacionalidade clara: a norte-americana. Nos Estados Unidos, o associativismo e voluntarismo fazem parte da cultura política, baseada no individualismo liberal (MONTANÕ, 2007).

Muito se fala na discussão a respeito da sociedade civil, mas o que seria teoricamente essa representação da socialização política da sociedade? Trata-se, segundo Duriguetto (2005, p.84) de um “[...] espaço em que se manifesta a organização e representação dos interesses dos diferentes grupos sociais, esferas de elaboração e/ou difusão da cultura que tornam ou não conscientes os conflitos e as contradições sociais”.

A expressão “Organizações não governamentais (ONGs) é oriunda da Europa Continental e sua nomenclatura está vinculada ao sistema de representações das Nações Unidas. Foram apresentadas assim perante a ONU organizações como o Conselho Mundial de Igrejas e a Organização Internacional do Trabalho.

No cenário das transformações societárias causadas pelo desenvolvimento do capital, a reestruturação produtiva é um novo ciclo dessa acumulação. “Além de direcionar um conjunto de mudanças no âmbito da produção e da organização social, também direcionou uma nova legitimação e intervenção da gestão estatal” (CARNEIRO, 2005, p. 23).

Porém, para compreender o que desencadeou a reestruturação produtiva é necessário voltar ao momento embrionário desse eixo de referência que decorreu de uma clássica crise de superprodução do sistema capitalista. Voltamos, portanto, às primeiras manifestações do neoliberalismo no mundo para posteriormente compreendermos a crise de 70 e seus impactos na sociedade.

O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. (ANDERSON, 1996, p.09)

Porém, nas décadas de 1950 e 1960 essas ideias não conseguem aceitação por parte da sociedade, já que o capitalismo, na época, vivia a chamada idade de ouro

devido ao Welfare State. É somente com a crise do capitalismo em seu estágio monopolista e conseqüentemente a queda do Estado de Bem-Estar Social que essas ideias ganham força, visto que o sistema buscava estratégias para manter sua reprodução.

Com a crise da década de 1970, fruto do esgotamento do padrão fordista, o mundo do trabalho sofre a chamada reestruturação produtiva e o Estado se reestrutura diante do nível de sua intervenção. Na época, o modelo que correspondeu a ultrapassar os princípios acumulativos do fordismo foi o chamado “toyotista” ou também denominado de “acumulação flexível”.

Instaura-se uma nova era de produção que é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (ANTUNES, 1995, p.21)

De acordo as motivações que levaram a essa crise do capitalismo foi a superprodução, ou seja, os excessos provocados pelo modelo de acumulação fordista. Nesse contexto, a ideologia neoliberal utiliza o momento para atacar o Estado intervencionista, indicando que os gastos com o social eram um dos responsáveis pela crise.

Entre as décadas de 1970 e 1980, os movimentos sociais efervescentes na dinâmica social brasileira desenvolviam suas atividades muita das vezes apoiadas por um tipo de ONG. Na época, surgiam e se expandiam de forma progressiva as organizações não-governamentais fortemente vinculadas aos movimentos sociais que contestavam pela volta da democracia no país, visto que no contexto o Brasil atravessava um período de Ditadura Militar.

A ideologia neoliberal vai, portanto, recuperar e metamorfosear a visão maniqueísta de Estado e Sociedade Civil, presentes nas análises e ações prático-políticas dos movimentos sociais no início dos anos 80, para desqualificar e minimizar tudo o que é estatal. (DURIGUETTO, 2005, p.90)

A partir da década de 90, o Brasil passa por o processo chamado de reestruturação produtiva, entendida como “um processo de restauração econômica do capital e ambiente de intervenção política das classes e do Estado nas condições de reprodução social” (MOTA, 1998, p.23).

A Reforma do Estado fundamentada em parâmetros neoliberais, com a crescente retração dos investimentos públicos nas áreas de seguridade social (saúde, previdência e assistência), nas políticas de salário e emprego, além de expandir as parcerias entre as esferas pública e privada.

Com esse pano de fundo, o conceito de sociedade civil vai ganhar novas características, passando agora a centralizar seu caráter funcional ao projeto hegemônico do capital. Assim, mediante a desresponsabilização do Estado é lançada a sociedade civil a responsabilidade no tocante a questão social, regidas pela lógica da “filantropia” e da “solidariedade”.

Mediante a desresponsabilização do Estado – de garantir políticas públicas para os(as) cidadãos, com enfoque para o(a) trabalhador(a) – e com a disseminação da ideologia que torna a sociedade civil responsável pela questão social, percebe-se a fragmentação e o enfraquecimento das políticas sociais, através da privatização das organizações estatais e do enxugamento dos gastos públicos, legitimando, assim, a lógica neoliberal (ALENCAR, 2009, p. 25).

Com os efeitos da Contrarreforma do Estado instaura-se um novo campo de respostas à questão social, onde o Estado vai se caracterizar por sua “desresponsabilização”, fundando-se mínimo ao social, e as organizações da sociedade social vão direcionar sua atenção à prestação dos serviços sociais. Portanto, a partir de 1990, as organizações do terceiro setor são chamadas a intervir nas respostas às expressões de desigualdade social.

2.1 A ASCENSÃO NEOLIBERAL E O ESTADO MÍNIMO: IMPLICAÇÕES PARA O DEBATE

O Brasil foi o último país da América Latina a implementar o projeto neoliberal. Isso se deu, de um lado, pela dificuldade de unificar os diferentes interesses na correlação de forças do capital, e de outro, pela intensa movimentação política desenvolvida pelos movimentos sociais no processo de redemocratização do país, na década de 1980 (FILGUEIRAS, 2006).

A partir dos anos de 1930, instaura-se no Brasil um novo padrão de acumulação “qualitativa e quantitativamente distinto, que dependerá substancialmente de uma realização parcial interna crescente” (OLIVEIRA, 2003, p. 35). Esse modelo vai alterar o padrão agroexportador e vai intensificar a presença do Estado na economia.

No âmbito desse modelo de dimensão marcadamente intervencionista, coube ao Estado efetivar determinados empreendimentos, tais como: a criação de um mercado de trabalho e de uma legislação trabalhista que, entre outras ações, instituiu o salário mínimo; a reestruturação de uma rede de bancos oficiais com vistas a resolver a questão relativa ao financiamento do processo de acumulação; e a dinamização do setor produtor de bens de capital (máquinas, equipamentos e instalações) e de insumos básicos (PORTO, 2009, s/p).

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos possuíam condições socioeconômicas e política que o colocaria em uma posição hegemônica diante do mundo. Essa posição refletiu nos diversos espaços das relações sociais, inclusive no processo de industrialização dos países da América Latina. A partir disso, foram-se criadas instituições financeiras, como o comando da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. Essas instituições passaram a exercer um papel fundamental no gerenciamento financeiro das economias dos países dependentes, ou em desenvolvimento, como o caso do Brasil.

Entre os anos 1950 até o início da década de 1970, o sistema capitalista hegemônico vivenciou grandes taxas de crescimento, acompanhado por baixas taxas de desemprego e inflação. Esse cenário fez com que os países capitalistas da Europa Ocidental tivessem, por um determinado tempo, equilíbrio na lucratividade com o fornecimento de serviços e políticas de assistência social, com o objetivo de amenizar os conflitos entre as classes sociais (STREECK, 2012).

No entanto, como a história do modo de produção capitalista é marcada por crises econômicas – e dentro dessas sucessivas crises, cria-se a oportunidade de prosperidade econômica –, a partir da década de 1970 o modelo de acumulação precisou de recompor, em níveis mais complexos e instáveis, com a readaptação de premissas necessárias à sua continuidade.

No interior dessas crises, Mézaros (2011, p. 75a) caracteriza essa de 1970 como uma crise “nunca antes experimentada e numa escala incomparável”, pois o capitalismo global não tem conseguido produzir crescimento, trazendo drásticas consequências sociais. Essa crise, diferente da cíclica, é caracterizada como crise estrutural do próprio sistema capitalista. Essa diferença se dá sob os seguintes aspectos:

[...] seu caráter universal, em lugar de restrito a uma esfera particular. Seu alcance é verdadeiramente global [...] em lugar de limitado a um conjunto particular de países. [...] sua escala de tempo é extensa, contínua, e, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; em contrastes com as erupções e os colapsos mais

espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante (MÉSZÁROS, 2011, p. 796).

Por consequência disso, a resposta dos capitalistas tem sido, constantemente, a produção destrutiva dos meios de produção, pois para manter a reprodução do capital é imposto “o consumo supérfluo de mercadorias descartáveis, a precarização das relações de trabalho e no pavoroso crescimento do desemprego crônico. Em síntese, intensificando a destruição da natureza e do ser humano (MÉSZÁROS, 2011).

Antes de aprofundarmos acerca dessas características da ascensão neoliberal e as consequências desse cenário, é fundamental tratarmos como se originou essa crise da década de 1970, ou seja, tratar, mesmo que brevemente, da teoria político-econômica que orientou a atuação do Estado nos países de capitalismo central até a década de 1970: o Estado Keynesiano.

Entres os anos de 1914 a 1945, o contexto mundial é afetado por duas grandes guerras e uma Grande Depressão causada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, em 1929. No intuito de reproduzir e manter o sistema capitalista, algo precisava ser feito. Pra isso, a burguesia teria de rearticular o processo de exploração e recuar na ambição por lucros exorbitantes. Nesse contexto, verifica-se que somente o Estado teria condições de sustentar a recuperação econômica e social do capitalismo.

Desse modo, a burguesia aceita realizar um “acordo” com a classe trabalhadora, possibilitando-as uma redistribuição de renda mais justa a partir de políticas e legislações sociais. No entanto, o papel principal desse contexto era uma “conciliação de classes” a fim de manter a reprodução do sistema, um “pacto” (HOBBSAWM, 1995).

Assim, após o fim da Segunda Guerra Mundial e início da década de 1950, o Estado de Bem-Estar Social prevaleceu nas economias capitalistas centrais. Tendo por objetivo assegurar o pleno emprego e conter o avanço da ameaça que na época, o comunismo representava. Harvey (2005) ressalta que o pensamento predominante era que:

[...] o Estado deveria concentrar-se no pleno emprego, no crescimento econômico e no bem-estar de seus cidadãos, e de que o poder do Estado deveria ser livremente distribuído ao lado dos processos de mercado – ou, se necessário, intervindo ou mesmo substituindo tais processos – para alcançar esses fins, e políticas fiscais e monetárias em geral caracterizadas como “keynesianas” foram implantadas extensamente para suavizar os ciclos de negócio e assegurar um nível de emprego razoavelmente pleno (HARVEY, 2005, p. 45).

No plano de intervenção estatal predominou o keynesianismo, no plano econômico predominou o sistema fordista de produção, o qual tem como característica principal “[...] base produtiva com tecnologia rígida, com produtos homogêneos e a produção realizada em larga escala” (CAMPOS, 2016, p. 22).

No fordismo-keynesianismo, o Estado deveria ter como um dos seus principais objetivos garantir o pleno emprego para um número expressivo de pessoas e buscar salvar o crescimento econômico vinculado ao bem-estar da população. Dessa forma, o Estado passa a assumir um compromisso com regras trabalhistas, como a determinação do salário dos trabalhadores, e a se preocupar com questões relacionadas à saúde, assistência social e educação da classe trabalhadora, representando o “compromisso de classes produzido a partir de políticas e legislações sociais, com a função de garantir a demanda comprimida pela distribuição capitalista da renda” (CAMPOS, 2016, p. 23).

No entanto, vemos que esse contexto de políticas plenas a classe trabalhadora não fora atribuída de forma voluntária por parte do Estado burguês, elas foram consequência de um contexto de “um forte movimento operário e sindical, fortalecido por partidos comunistas, socialistas, o medo burguês em face das experiências socialistas e ideias democráticas revigoradas pela resistência ao fascismo” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 206). Ou seja, foi fruto de pressão dos trabalhadores.

Até o início da década de 1970, o fordismo-keynesianismo apresentou resultados econômicos nunca antes vistos, tanto que representa, para alguns autores, os “anos dourados” do capitalismo central. É fundamental ressaltar que essa “era de ouro” do capitalismo, ou seja, esse crescimento econômico atrelado ao investimento em políticas sociais “continuou a ser um sonho longínquo para países da América Latina e da África” (HARVEY, 2005).

A partir de 1970, as condições para acumulação do sistema capitalista entram em crise e o fordismo-keynesianismo começa a esgotar-se, isso pela constante baixa nas taxas de lucro das grandes corporações. Dessa forma, a “ilusão dos ‘anos dourados’ é enterrada em 1974-1975; num processo inédito no pós-guerra, registra-se, então, uma recessão generalizada, que envolve simultaneamente todas as grandes potências imperialistas e a que se seguiu outra (recessão), em 1980-1982” (NETTO; BRAZ, 2006, p. 214). Nesse contexto,

O capital lança-se a um movimento de desconcentração industrial: promove a desterritorialização da produção – unidades produtivas (completas ou

desmembradas) são deslocadas para novos espaços territoriais (especialmente áreas subdesenvolvidas e periféricas), onde a exploração da força de trabalho pode ser mais intensa (seja pelo seu baixo preço, seja pela ausência de legislação protetora do trabalho e de tradições de luta sindical). Tal desterritorialização acentua ainda mais o caráter desigual e combinado da dinâmica capitalista (NETTO; BRAZ, 2006, p. 216).

A consequência imediata desse processo foi um exponencial aumento de desemprego, devido a diminuição da produção. Com mais pessoas desempregadas, o aumento da procura por assistência social expressou-se. Nesse sentido, o capitalismo origina mais uma crise e o fordismo-keynesianismo não fora capaz de evita-la. Conseqüentemente, o estado interventor já não era mais interessante e vantajoso para a burguesia, e os “anos dourados” do capitalismo, findaram-se. É aí que emerge a necessidade, mais uma vez, do capital implantar um conjunto de mudanças no seu plano social, econômico e político para manter sua reprodução.

Ascende, portanto, o neoliberalismo. No entanto, seu grande marco foi o Colóquio Walter Lippmann, realizado em Paris, no ano de 1938 (DARDOT; LAVAL, 2016). Com a crise do Estado Keynesiano em 1970, como citado anteriormente, os teóricos neoliberais apontam que a intervenção estatal, as taxações e as regulamentações foram responsáveis pela crise. Para que essa teoria se tornasse hegemônica, foi imprescindível o investimento de bilhões de dólares das grandes corporações burguesas com vistas à “melhor” saída para a depressão econômica da época.

Antes de definirmos, é preciso demonstrar as principais características e distinções (no intuito de evidenciar que não são similares e que possuem diferenciações) do liberalismo do século XIX e o neoliberalismo. O primeiro ponto a se destacar é a posição que o Estado ocupa quanto sua intervenção. Para o liberalismo, o Estado pode ajudar a política e economia, desde que garantam condições aptas a orientar e garantir a liberdade dos indivíduos. Ou seja, o Estado não deve interferir na liberdade individual. O Estado, sob a ameaça neoliberal, retira a liberdade dos indivíduos e torna-os reféns incondicionais do capital. Para Ianni (1998) a ideologia e prática do neoliberalismo consiste na perspectiva de que:

Tudo deve ser condicionado à dinâmica da economia, do mercado, dos fatores da produção, da livre iniciativa, da corporação, da acumulação, da reprodução ampliada de capital, de tal modo que tudo o que possa ser social, político e cultural seja visto como encadeado, influenciado ou determinado pela dinâmica da economia (IANNI, 1998, p. 113).

Assim, o neoliberalismo representa uma acepção econômica com defesa intransigente da liberdade econômica, da qual a liberdade política é apenas um corolário (BOBBIO, 1995). Essa acepção vai desde a tática de privatizações de empresas públicas, desregulamentação do mercado, ajuste fiscal rigoroso, propostas de flexibilização até a desregulamentação e terceirização dos postos de trabalho. Assim, o neoliberalismo:

[...] é uma teoria das práticas político-econômicas que entende que o bem-estar das pessoas será alcançado se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais não forem restringidos, devendo ser assegurado a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. Desta forma, o Estado deve direcionar suas ações para garantir essas práticas. (HARVEY, 2005, p. 13)

A intervenção estatal, no neoliberalismo, deve focar no direito à propriedade privada e no livre comércio. Assim, estará garantindo direitos individuais utilizando-se de todos os meios para garanti-los, inclusive usando a violência. Percebe-se que a ideia de “Estado mínimo” já não é mais tão mínimo para o capital, tornando-o máximo para assegurar a manutenção do sistema.

No entanto, com as políticas neoliberais, o “Estado mínimo” continuou para o âmbito social, gerando problemáticas ainda mais expressivas de miséria, no qual uma parte significativa da sociedade se encontrava desempregada e sem subsídios assistenciais.

[...] à medida que reduz os recursos dedicados ao bem-estar social e reduz o seu papel em áreas como a assistência à saúde, o ensino público e a assistência social, que um dia foram tão fundamentais para o liberalismo embutido, o Estado vai deixando segmentos sempre crescentes da população expostos ao empobrecimento. A rede de seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual (HARVEY, 2005, p. 86).

Dessa maneira, o Estado máximo, no neoliberalismo é condenado ao desmonte, principalmente no que diz respeito à sua intervenção nas expressões de desigualdades sociais próprias do sistema capitalista. No plano econômico, o neoliberalismo impacta o mercado interno e externo originando um acirramento na concorrência mundial.

A imposição política de um modelo econômico pré-industrial (neoliberalismo) sobre uma formação social avançada exerce efeitos aberrantes na economia e na sociedade. Ela desarticula os setores econômicos e as regiões interligadas, e, ao mesmo tempo, marginaliza e exclui as classes produtivas (operário e fabricantes), fundamentais para o mercado nacional (PETRAS, 1997, p. 17).

Esse Estado máximo que o neoliberalismo condena é um dos principais alvos dos neoliberais. É um constante pesadelo, para eles, o Estado intervencionista. Ou seja, é nítido para a concepção neoliberal que o mercado não necessita, em nenhuma das hipóteses, da intervenção do Estado em seu funcionamento. Por isso, todos os âmbitos da gestão estatal são alvos de ataques através do:

[...] desmantelamento do setor público, pela liquidação das empresas ou serviços públicos não rentáveis e a venda das que são rentáveis para o capital privado; da destruição dos mecanismos institucionais de proteção social; da desregulamentação de todos os mercados, em particular do mercado de trabalho (BIHR, 1998, p. 11).

Enfim, esse plano neoliberal inaugura um redimensionamento considerável do Estado, posto na “diminuição da sua ação reguladora ou no encolhimento de suas ‘funções legitimadoras’ [...] numa clara direção que pretende diminuir os anos do capital no esquema geral de reprodução da força de trabalho” (NETTO, 1993, p. 99). Dessa forma, as bases do projeto neoliberal fincam-se a partir de um contexto de inserção do Brasil na economia internacional e da necessidade de redefinição do papel do Estado (MOTA, 1995).

Compreendendo esse contexto, sabe-se que é nele que as chamadas ONGs vão surgir vinculadas à transferência dos serviços sociais para a sociedade civil, onde engendra no “retorno de práticas tradicionais no que se refere ao trato das contradições sociais no verdadeiro processo de refilantropização da questão social, sob os pressupostos da ajuda moral próprias das práticas voluntaristas” (ALENCAR, 2009, p. 07). Nesse sentido, é necessário agora entendermos o papel dessas organizações na sociedade brasileira e quais impactos propiciam.

Na atualidade, esse contexto neoliberal ainda se faz presente e continua tendo centralidade na condução das políticas públicas no Brasil. Isso porque as medidas neoliberais continuam fazendo parte das agendas de governo no país frente ao agravamento da questão social. Nesta circunstância, o papel do Estado ganha proeminência em meio ao neoliberalismo.

Além disso, pode-se destacar como aspecto da sua contemporaneidade, o compromisso dos governos de Fernando Collor, Fernando Henrique Cardoso (principalmente), do governo Lula, Dilma e atualmente o governo ultraneoliberal de Jair Messias Bolsonaro.

Fazem parte desses governos, apesar de alguns se aproximaram mais da pauta progressista e do investimento em políticas públicas, a política das privatizações

alinhadas ao pensamento liberal clássico. Essas privatizações destinam-se, não exclusivamente, as empresas estatais. Esse é um dos objetivos principais do neoliberalismo nos países de capitalismo periférico: deixá-los ainda mais suscetíveis ao capitalismo central.

2.2 O PAPEL DAS ONGS NO BRASIL

Visto o contexto sócio-histórico de surgimento das organizações não-governamentais no mundo e sob as condições estruturais do sistema capitalista, pode-se adentrar no debate sobre o papel dessas organizações no Brasil e como elas se configuram no contexto brasileiro.

No Brasil, historicamente, o termo ONG foi usado para se referir às organizações de “Cooperação Internacional”, formado por igrejas através de organizações de solidariedade com apoio de governos em vários países. O próprio surgimento do termo vai convergir com a potente expansão do terceiro setor com a ascensão do neoliberalismo, como visto anteriormente.

A partir da década de 1970, com a ditadura militar brasileira, as ONGs se tornaram um dos principais instrumentos de expressão das demandas populares, organizando mobilizações não somente na busca por serviços coletivos, mas também por reivindicações em defesa dos direitos sociais vinculados aos movimentos sociais.

Podemos citar o trabalho de base desenvolvido pelos centros e institutos de educação popular, onde sua ação se legitimava pelo posicionamento claro de resistência ao regime militar. Nessa conjuntura, embora estivessem gestadas muitas ONGs, a denominação “ONG” não aparece na prática e no discurso.

Na década de 80, após o surgimento dos centros e institutos de educação popular, a expansão das ONGs é expressiva. A nova conjuntura política de redemocratização tira os centros e institutos da clandestinidade e permite a volta dos exilados. Essa volta dos exilados foi importante para a construção das ONGs no país, pois com esses exilados vieram noções de relações pessoais e políticas com as agências de cooperação internacional.

Nesse panorama, as ONGs expandem sua presença nos movimentos sociais e “outrora concebida para ficar ao lado e apoiando o movimento sociais, passa agora a ser o ator principal dessa relação” (MONTAÑO, 2007, p. 271). Ou seja, com a

efervescência dos movimentos sociais face ao regime militar, as ONGs desempenharam papéis protagonistas na cena política.

O surgimento dos chamados Novos Movimentos Sociais, formados por diferentes minorias, afirmando suas identidades a partir de questões que transcendem os interesses de classe; o crescimento do novo sindicalismo urbano e rural, fazendo eclodir as greves do ABC e as ocupações no campo; a fundação do Partido dos Trabalhadores; a expansão das associações de moradores das periferias nos centros urbanos; a visibilidade política da teologia da libertação, das pastorais populares e das Comunidades Eclesiais de Base (STEIL; CARVALHO, 2007, p. 08).

Assim, expande-se o mapa das entidades e organizações que atuam na conjuntura social e política, através do surgimento das ONGs no Brasil. Por isso, a institucionalização e a expansão das ONGs no Brasil são conseqüentes de diversos fatores além da necessidade de maior cooperação junto aos movimentos sociais, tratava-se de uma tentativa de diálogo com o governo brasileiro para que alguns direitos pudessem compor a agenda política nacional.

É apenas com o “Encontro Nacional dos Centros de Promoção Brasileiros”, realizado no Rio de Janeiro em 1986, que o termo “ONG” passa a ser utilizado de forma corrente na linguagem interna das organizações. Desse evento participaram trinta entidades nacionais e três agências internacionais, tendo como foco o debate sobre a identidade das organizações e como deveriam se autodesignar coletivamente. Como é possível ver, as ONGs no Brasil iniciam sua intervenção assessorando os movimentos sociais no processo de redemocratização e complexificação da sociedade civil.

O crescimento das ONGs a partir da década de 1990 é colossal. Esta expansão vincula-se diretamente ao contexto econômico, social e político da época, o qual já discutimos anteriormente no tópico da ascensão do neoliberalismo no Brasil. A novidade sobre as ONGs, na época, é que com todo o contexto que a influenciava, essas organizações passam a assumir a ação pública como parte de sua identidade e atuação, através da qual parte da responsabilidade do Estado é transferida para as organizações da sociedade civil e os recursos públicos são destinados para o mercado financeiro aliado à lógica do capital.

Assistimos, assim, nos anos 90, a conjunção de dois processos históricos que geram uma perigosa encruzilhada para as ONGs: a valorização das ONGs e ao mesmo tempo a desvalorização do Estado como ator regulador dos processos sociais. Isto vai levar a uma arriscada onda de demandas às ONGs para que estas ocupem o lugar de agentes da regulação social, substituindo o Estado em seu papel (STEIL; CARVALHO, 2007, p. 12).

Em 1991, é fundada a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), unificando várias organizações que lutavam contra as desigualdades sociais. O perfil político da ABONG é caracterizado pela resistência ao autoritarismo; consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais na luta contra as desigualdades sociais, econômicas, políticas e civis de modo a ampliar o espaço democrático (ABONG, 2010). Com a fundação da ABONG, fundou-se também um estatuto. Em seu art. 2º, a definição do que seria uma ONG apresentou-se sob as seguintes considerações:

[...] são consideradas Organizações Não-Governamentais – ONGs, as entidades que, juridicamente constituídas sob a forma de fundação, associação e sociedade civil, todas sem fins lucrativos, notadamente autônomas e pluralistas, tenham compromisso com a construção de uma sociedade democrática, participativa e com o fortalecimento dos movimentos sociais de caráter democrático, condições estas, atestadas pelas suas trajetórias institucionais e pelos termos dos seus estatutos. (ABONG, 1991)

Nesse contexto, instaurou-se amplas representações da sociedade civil sob um universo de organizações, movidas pela busca de intervir na qualidade de vida das pessoas em vulnerabilidade social, as quais “formam um campo social que define regras para as disputas e concorrências internas em vista do controle dos grupos hegemônicos”.

Emerge, deste modo, uma “comunidade de ONGs com uma produção de discursos, problemáticas e práticas sociais específicas. Será a partir desta estruturação interna do campo que as ONGs vão estabelecer relações externas com outros agentes sociais como igrejas, partidos, sindicatos, governo, movimentos sociais e agências de cooperação (STEIL; CARVALHO, 2007, p. 13).

Nesse processo, surge outra problemática que incide na fragmentação das ONGs devido a exigência de profissionalização nos espaços, sobretudo pela exigência de competência técnica para operacionalizar e realizar serviços. Ou seja, tínhamos um quadro onde nas ONGs atuavam principalmente militantes, e a tensão começa a partir da exigência da profissionalização.

No final da década de 1990, a tensão ainda existia. Porém, acabou-se por pender em favor da profissionalização. Isso fez com as ONGs reformulassem suas estruturas, tendo de se adequar a um novo contexto.

Surge assim, um novo campo profissional que absorve especialmente duas categorias de pessoas: os profissionais de ONGs, que vão estar a frente das instituições, formulando projetos e buscando financiamento junto aos órgãos governamentais, às agências internacionais de cooperação, aos organismos

financeiros multilaterais, às fundações e empresas privadas e os voluntários (STEIL; CARVALHO, 2007, p. 14).

Com a institucionalização das ONGs no final da década de 90, criou-se uma legislação voltada para o terceiro setor buscando definir que instituições podem se apresentar enquanto ONGs e como parceiras legais dos recursos públicos destinados ao social. Trata-se da legislação sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).

No entanto, em 2014 essa lei foi reformulada e vetou-se diversos aspectos dessa relação. Com o Marco Regulatório a partir da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014, regulamentou-se o regime jurídico de parcerias voluntárias que abrangem a Administração Pública e Organizações da Sociedade Civil sob uma nova imagem. Apesar disso, houveram-se diversas críticas e a regulamentação precisou novamente de uma “roupagem” diferente.

Com a Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, altera-se a Lei nº 13.019/14, e estabelece a partir da ementa da Lei citada, no seu art. 1, a seguinte redação relativa as seguintes alterações:

Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as parcerias entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação (BRASIL, 2015).

Além disso, destaca-se o “enquadramento” e restrição das parcerias estabelecidas, pois tal regulamento define princípios e normas que possam regular critérios que possibilitem identificar as ONGs aptas a estabelecerem parcerias com o governo. Portanto, define-se:

Art. 2

I - organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objetivo social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva (BRASIL, 2015).

Essa nova configuração associada as modificações expressivas em relação a essa relação, traz uma nova concepção de parcerias e, conseqüentemente, modifica o papel das ONGs no país. Trata-se, desde a sua institucionalização, ainda nos anos de 1999, de retirar qualquer conotação política da identidade das ONGS, servindo

como recurso central para afastar essas entidades de forças progressistas no país, como foi em sua emergência.

Nesse ambiente, o foco de atuação das ONGs é destinado para a atenção com as vulnerabilidades sociais através da filantropia. Isso se deve, especialmente, à expressiva demanda das classes subalternas devido a políticas de ajuste econômico e a respostas caracterizadas por ações de caráter compensatório na área social.

3 ONG NAVE: UM ESTUDO A PARTIR DOS IMPACTOS DO PROJETO “SITINHO TRANÇANDO ARTE” NO BAIRRO VILA MARANHÃO

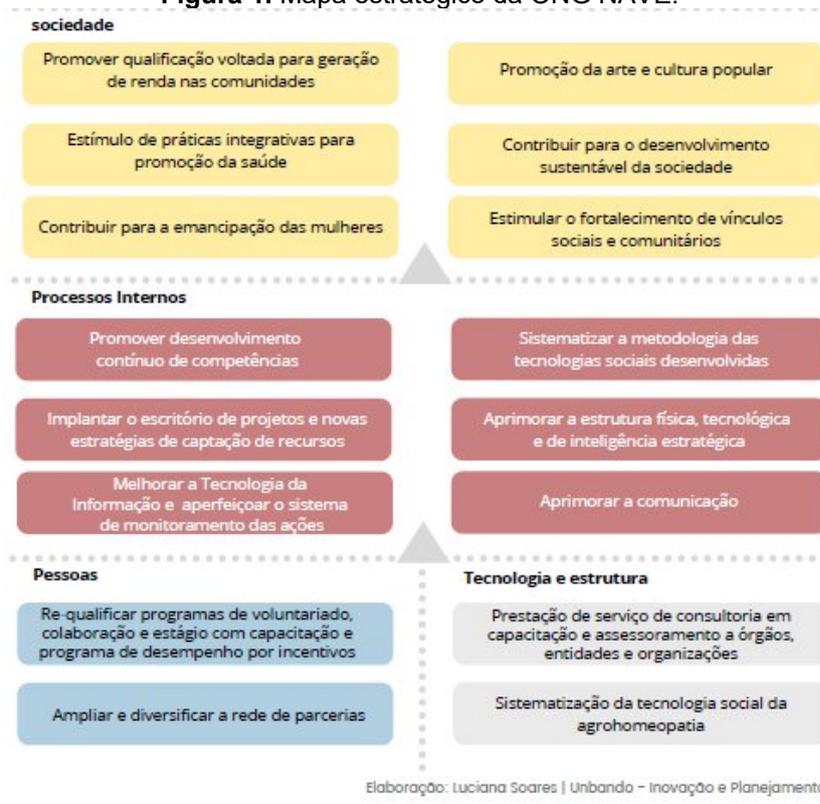
A ONG NAVE – Organização em prol da Natureza, Arte, Vida e Educação é pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fundada em 2007, por suas idealizadoras Norma Tresbach e Rebeca Alexandre. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento pleno da cidadania, visando ao desenvolvimento integral do indivíduo e a construção de uma sociedade sustentável.

Trata-se de uma ONG, que executa projetos bem como oferece serviços e ações buscando viabilizar sua atuação através de valores éticos; integridade; respeito à diversidade; empoderamento de mulheres; educação integral, crítica e emancipatória; inclusão e construção coletiva da autonomia e cidadania.

Nesse sentido, a NAVE desempenha suas atividades através da execução de projetos e práticas visando a agroecologia, as artes, a cultura, a saúde natural e integral, a assistência social, a educação e a promoção da igualdade de gênero.

O mapa estratégico da ONG busca concentrar sua missão e visão de futuro. Respectivamente, busca contribuir para o desenvolvimento pleno da cidadania, visando ao desenvolvimento integral do indivíduo e a construção de uma sociedade sustentável. Acerca da visão do futuro, busca ser referência nacional em sua área de atuação, reconhecida por sua grande contribuição na transformação de vidas no âmbito cultural, ambiental e socioeconômico.

Figura 1. Mapa estratégico da ONG NAVE.



Fonte: Guia de Navegação apud Luciano Soares (ONG NAVE)

De acordo com o mapa estratégico evidenciado, a estrutura organizacional da ONG se dá a partir de instancias preconizadas a partir dos objetivos estratégicos e operacionais da organização, ou seja, em consonância com a sociedade, processos internos, pessoas, tecnologia e estrutura.

A NAVE atua desde 2007, quando iniciou realizando atendimentos de saúde holística e em mutirões de ações sociais. Em 2012, a ONG passou a desenvolver projetos de geração de renda, em destaque o projeto Reciclando Vidas, que tinha por objetivo gerar renda para mulheres em situação de vulnerabilidade e risco social, a partir de produtos de papel reciclado (incluindo peças de decoração, cadernetas, agendas, embalagens para presente e luminárias).

A NAVE possui amplos objetivos estratégicos em seu plano de ação e desenvolvimento. Dentre eles, pode-se destacar: voluntariado e colaboradoras, políticas públicas (participar, como titular, de conselhos de participação e controle social), empoderamento das mulheres (promover autonomia econômica, autoestima, autocuidado e autoconhecimento das mulheres), práticas integrativas, consultoria, entre outros.

A Organização NAVE se propõe a realizar seus projetos de forma coletiva, sistemática e participativa, levando em consideração as particularidades de cada comunidade; promovendo ações que visem a construção e perpetuação de espaços sustentáveis; possibilitando aos/as engajados/as dos projetos autonomia financeira; empoderando mulheres para que trabalhem de forma consciente, justa e igualitária em suas comunidades, rompendo com qualquer forma de preconceito e discriminação; e oferecendo oportunidades de crescimento pessoal e profissional para os/as colaboradores/as da Organização (NAVE, s/p).

Quanto à rotina administrativa e procedimentos operacionais, pode-se destacar que, de acordo com a Guia de Navegação da ONG NAVE, ela trabalha com o fomento às potencialidades de seu público alvo, colaboradores e parceiros. Ressalta-se ainda:

[...] atuamos, também, embasadas na Política de Assistência, especialmente na proteção social básica, que é um conjunto de serviços e projetos da assistência social estruturados para prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, buscando a inserção de famílias e indivíduos, em particular, as mulheres da rede assistencial e em outras políticas setoriais, visando ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e a superação dessas situações (NAVE, s/p).

3.1 BAIRRO VILA MARANHÃO: CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Com o adensamento da maior industrialização do país, as populações tradicionais agrárias precisaram abandonar suas terras e direcionarem-se em busca de emprego nas grandes cidades. No estado do Maranhão, a partir da década de 1970, com a expansão da soja no sul do estado e com a criação de búfalos na baixada maranhense, gera-se um aumento expressivo das populações urbanas. Com a urbanização, a população na capital expandiu-se. Em 1950, a capital do estado, São Luís, tinha 7,57% da população total do Estado, já no início do século XXI, em 2000, concentrava cerca de 15,39% da população do estado (IBGE, 2004).

Com a migração, ao chegar na capital muitos trabalhadores rurais não conseguiram empregos, e deslocaram-se para as adjacências da capital, em ambientes propícios ao desenvolvimento da prática de agricultura e com recursos hídricos suficientes para conseguirem subsistência. É nesse contexto que emergem diversas comunidades, sendo a Vila Maranhão expressão desse contexto.

O bairro Vila Maranhã é situado geograficamente no Distrito do Itaqui-Bacanga do município de São Luís no estado do Maranhão. É composto por uma diversidade de comunidades partilhadas em várias localidades do bairro que, historicamente e politicamente, é reconhecido como Vila Maranhão. O Distrito do Itaqui-Bacanga

compõe o Distrito Industrial de São Luís (DISAL), de acordo com o Decreto nº 20.727 de 23 de agosto de 2004 do Estado do Maranhão.

[...] esta comunidade a partir do final da década de 1970 começou a ser cercada por grandes plantas industriais, principalmente a Empresa de Alumínios do Maranhão (ALUMAR, do grupo da transnacional ALCOA), no extremo oeste da ilha e depois a Companhia Vale do Rio Doce (CVDR) maior exportadora mundial de minério de ferro, através do sistema da Estrada de Ferro Carajás – Porto do Itaqui, localizado a nordeste da Vila Maranhão (OTONI, 2005, p. 05).

A Região da Vila Maranhão inclui além do bairro Vila Maranhão, outros aglomerados rurais como Taim, Rio dos Cachorros, Porto Grande, Cajueiro, Vila Conceição, Limoeiro, Camboa dos Frades, Vila Madureira e São Benedito. O bairro Vila Maranhão possui cerca de 5.739 (cinco mil setecentos e trinta e nove) habitantes e 1.495 (um mil quatrocentos e noventa e cinco) domicílios (IBGE, 2010).

Figura 2. Localização do Bairro Vila Maranhão



Fonte: IBAMA/CNPT (2007 apud RIBEIRO, 2013)

As características econômicas da Vila Maranhão são objeto de discussão devida à escassez de condições dignas de moradia, saneamento básico (a maioria das residências possuem poço próprio), educação, dentre outros. A população vive, sem dúvidas, em condições sub-humanas de sobrevivência que se origina da falta de acesso à elementos básicos para subsistência.

Pode-se afirmar que economicamente a Vila Maranhão é formada por duas dimensões de movimento da economia: uma de nível macro, envolvimento de capital nacional e estrangeiro, principalmente, importando produtos; e outra de nível micro que é expresso pela produção de subsistência da população local (OTONI, 2005, p. 08).

Nesse nível macro, existem grandes corporações, como o Consórcio Alumar e a Termoelétrica MPX. No nível micro (que é o que nos importa), está a economia da comunidade do bairro Vila Maranhão, a qual a população é majoritariamente considerada de baixa renda.

Essas empresas impactam diretamente nessa região, principalmente no que concerne aos impactos socioambientais. O desenvolvimento de projetos é constante, como veremos a seguir um dos impactos de um desses projetos financiados pela Vale. A Vale, assim como outras grandes corporações do entorno da comunidade Vila Maranhão, precisa investir nesses espaços como forma de intervir em âmbitos que, economicamente, são explorados afim de garantir a reprodução de lucros dessas empresas.

O bairro é constituído em sua maioria por cidadãos pobres, sem renda para suprir necessidades básicas como alimentação, entre outros. As casas, no geral, são de taipa (construídas de barro cru, varetas de madeira e palha). Existem, é claro, casas de tijolo, mas apresentam-se como minoria.

Em sua maioria, as mulheres são vítimas de desemprego e não possuem renda, devido a seletividade do mercado de trabalho através de exigências de formação acadêmica e nível de experiência exigidos. Se tratando de famílias onde as mulheres assumem a posição de provedoras no bairro, verifica-se que geralmente são associadas às situações de vulnerabilidade econômica, pois precisam suprir as necessidades de cunho econômico, além de cuidados domésticos e muitas vezes de maternidade.

Para as mulheres, esta realidade de carências é mais aguda, uma vez que elas realizam uma gama enorme de atividades não remuneradas, seja no âmbito mercantil, seja no seio da família, pela dedicação às atividades do lar que as fazem ser majoritariamente dependentes da provisão masculina para o sustento de suas famílias. [...] há uma nítida relação entre divisão do trabalho e a pobreza das mulheres; a inserção feminina aconteceu em paralelo com o crescimento das atividades informais, das atividades sem remuneração e aumento das taxas de desemprego (MELO, 2005, p. 14)

Nesse sentido, é evidente os diversos impactos decorrentes das diversas atividades no entorno do bairro, bem como geram consequências à qualidade de vida da população. Devido ao contexto de extrema vulnerabilidade social oriundo da falta de acesso a políticas públicas eficientes, alguns moradores (principalmente mulheres) do bairro Vila Maranhão buscam subsídios para garantir a sua sobrevivência através de alguns projetos ofertados na comunidade, dentre eles o projeto “Sitinho Trançando

Arte” da ONG NAVE, que proporciona à um específico grupo de mulheres do bairro incentivos à produção de arte em face à vulnerabilidade que lhes é imposta devido às condições socioeconômicas.

3.2 IMPACTOS DO PROJETO SITINHO TRANÇANDO ARTE

O projeto Sitinho Trançando Artes trata-se de uma iniciativa da ONG NAVE, em parceria com mulheres da comunidade do Sitinho (Vila Maranhão) e a Vale S.A. Trata-se de um projeto social de geração de renda. Nele, a produção de artesanatos, como bolsas, decorações, é confeccionada manualmente a partir da palha e fibra do buriti.

Figura 3. Logomarca do projeto Sitinho Trançando Arte



Fonte: arquivo de imagens do instagram do projeto

O termo “trançando artes” carrega consigo a produção desses materiais, pelo buriti está sendo “trançado” e a necessidade de produções artísticas constantes. Essa palha e fibra do buriti desperta admiração tanto pela importância cênica que possui, quando pelo valor cultural e econômico em diversas regiões do Brasil, como é o caso da Vila Maranhão. À exemplo os materiais a seguir, produzidos pelo projeto:

Figura 4. Artigo produzido pelo projeto Sitinho Trançando Arte



Fonte: arquivo de imagens do instagram do projeto

Essa bolsa é um dos materiais produzidos por mulheres que compõem o projeto. Ela traz elementos em madeira e o trançado de macramê e franjas, confeccionada eminentemente pela fibra do buriti. A palha do buriti fornece uma diversidade em artigos que podem ser utilizados em eventos culturais, no dia a dia e como é o caso do projeto, é utilizado para ser confeccionado e comercializado para a geração de renda das mulheres inseridas no projeto.

O buriti se mostra essencialmente eficaz no reaproveitamento, desde suas folhas, até a raiz. Pode-se fabricar com a palha cestos, bolsas, vassouras, bijuterias, rendas com a seda da folha, enfim, diversas possibilidades. No caso do projeto, é utilizado na materialização de variados artigos, vejamos a seguir:

Figura 5. Artigo produzido pelo projeto Sitinho Trançando Arte



Fonte: arquivo de imagens do instagram do projeto

Este projeto visa atingir mulheres da comunidade, no intuito de desenvolver uma organização produtiva, através da geração e/ou ampliação da renda familiar. Quanto às responsabilidades e funções do projeto, a NAVE destaca que toda a coordenação de projeto ou de setor deve ter como características centrais:

- Articulação Institucional;
- Planejamento (Cronogramas semanais e mensais);
- Monitoramento (Reuniões e relatórios);
- Avaliação (Relatório semanal, mensal e relatórios para o patrocinador);
- Elaboração, revisão e implementação do plano de gestão de projetos sociais;
- Identificação de oportunidades para articulação de apoio institucional e/ou financeiro;
- Atuação de maneira articulada com a direção da organização;

- Identificação e participação de espaços estratégicos para a visibilidade e reconhecimento da organização e dos projetos;
- Relacionamento permanente com lideranças comunitárias;
- Orientação para o desenvolvimento de atividades em equipe necessárias para o agendamento, planejamento, elaboração, avaliação, revisão, preparação e realização de palestras nas comunidades contempladas pelo projeto;
- Garantir a capacidade da equipe para realização de palestras na comunidade em que o projeto está inserido;
- Contribuição contínua com o processo de avaliação do projeto, identificando pontos fracos, fortes, oportunidades e restrições, sempre visando buscar melhorias no processo operacional.

Nesse sentido, o projeto Sitinho Trançando Artes é composto pelo núcleo operacional situado anteriormente, acompanhado à uma lógica de procedimento estrutural a partir do ciclo do projeto, este organizado de acordo com o diagnóstico, elaboração, realização das atividades, indicadores e prestação de contas, como podemos ver a seguir.

Figura 6. Ciclo do Projeto



Fonte: Guia de Navegação apud Luciana Soares (ONG NAVE)

Dessa forma, a NAVE articula os efeitos do projeto sob as condições de produtos, resultados e **impactos**. Quanto aos impactos, que é o que nos propomos

discutir, trata-se de benefícios de médio a longo prazo para os beneficiários diretos e indiretos do projeto.

Na coleta de dados, foram realizadas entrevistas via ligação. Das quinze mulheres envolvidas com o projeto, o contato foi efetivado apenas com 5 das tentativas. Assim, estruturou-se um questionário base para compreensão dos impactos do projeto no cotidiano e vida das envolvidas.

De acordo com a entrevista, as primeiras iniciativas do projeto visaram uma avaliação do âmbito, através de palestras, rodas de conversas, dinâmicas, afim de conhecer a realidade do bairro, bem como as necessidades de sobrevivência das moradoras presentes.

Essas atividades, como citado, foram o primeiro passo para desvendar e construir um plano de ação diante dos objetivos pretendidos, pois conhecer a dinâmica da realidade social, a partir das especificidades em que se apresentam, é o ponto crucial para a concretização dos projetos que envolvem a ONG NAVE e suas parcerias.

No Sitinho Trançando Arte, as entrevistadas relatam que estão no projeto desde seu início, há três e quatro anos. Elas afirmam que a parceria da NAVE com a Vale é imprescindível, pois se não existisse, poderiam estar em situação extrema de vulnerabilidade e risco social. Como relata a artesã (1):

Artesã 1: se não fosse esse projeto da NAVE em parceria com a Vale eu nem sei como estaria, pois, ele me ajudou demais para meu crescimento pessoal e profissional, porque pude entender que posso prover minha renda e não depender única e exclusivamente do meu marido. Consegui também ampliar minhas possibilidades porque além de produzir a gente aprende muita coisa fazendo arte.

Percebemos que as mulheres que compõem o projeto se sentem contempladas pela possibilidade de dimensionarem sua atuação e pelo conhecimento adquirido através da produção artística. É notório que para além do aspecto econômico, que é incomensurável, o contato com a arte e com a geração de renda possibilita uma satisfação ampla as mulheres pela construção de uma autonomia, vinculada especialmente ao empoderamento e a identidade cultural, como evidencia a artesã (2):

Artesã 2: eu e minha família até temos um salário razoável, porque meu esposo trabalha de carteira assinada, porém eu me sentia um pouco sem função, além de ser dona de casa. Com a vinda do projeto para a comunidade pude aprender a confeccionar bolsas, assim me senti ainda mais útil, empoderada, tendo como contribuir com a renda dentro de casa e podendo também aprender, pois é muito interessante produzir as bolsas e os materiais

e se sentir disposta, inteligente e acima de tudo nos dá uma autonomia enquanto mulheres trabalhadoras.

Esse tipo de sensação é comum nas mulheres, pois vislumbram possibilidades através do projeto que gera renda, mas além disso autonomia, autoestima e empoderamento para as mulheres. Para o movimento feminista, o empoderamento é utilizado na “[...] alteração radical dos processos e estruturas que reduzem a posição de subordinada das mulheres. Concebe-se que as mulheres se tornam empoderadas, através da tomada de decisões coletivas e mudanças individuais” (COSTA, 2011, p. 7).

Desse modo, o empoderamento é visto como um processo educativo que dá ênfase ao desenvolvimento de uma consciência crítica dos sujeitos, perante as relações de poder impostas na sociedade entre homens e mulheres (FREIRE, 1986). Esse empoderamento feminino está diretamente ligado à desconstrução dos valores patriarcais cristalizados na sociedade.

[...] o empoderamento das mulheres é o processo da conquista da autonomia, da autodeterminação. E trata-se, para nós, ao mesmo tempo, de um instrumento/meio e um fim em si próprio. O empoderamento das mulheres implica, para nós, a libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal. [...] o objetivo maior é questionar, desestabilizar e, por fim, acabar com a ordem patriarcal que sustenta a opressão de gênero. [...] o objetivo maior do “empoderamento” é destruir a ordem patriarcal vigente nas sociedades contemporâneas, além de assumirmos maior controle sobre “nossos corpos, nossas vidas” (SARDENBERG, 2009, p. 2).

A participação dessas mulheres em coletivos, organizações, sobretudo em grupos feminismo imbrica na conquista desse empoderamento, como é o caso do projeto. Isso porque, essas experiências têm mostrado que os processos de participação “possibilitam processos de empoderamento e que estas metodologias favorecem o estabelecimento de políticas e práticas de desenvolvimento que contemplam as necessidades das pessoas vivendo na pobreza” (ROMANO; ANTUNES, 2002, p. 31).

Na atual conjuntura, onde há uma presença explícita de desemprego e degradação das relações de trabalho, esse tipo de projeto adquire um papel central nas estratégias de enfrentamento às situações de desemprego, assumindo o papel em que as políticas públicas deveriam intervir.

Artesã 3: é essencial essa parceria entre a NAVE e a Vale, pois se não fosse ela a comunidade não estaria com o projeto que ensinou muitas coisas para

nosso crescimento profissional, e também como ser uma mulher empoderada, que mesmo com muitas responsabilidades, como cuidar da casa, dos filhos, do marido, mas tendo a sua própria renda. E as vezes fazer isso sozinha, porque alguma de nós que estamos no projeto, lutamos para criar nossas crianças sozinhas por não termos maridos, o projeto sem dúvidas ajudou muito a mostrar nosso valor.

Sabe-se que a relação de gênero, inserida no debate da divisão sexual do trabalho, nos exige um aprofundamento teórico para a compreensão dessa dinâmica entre características e significados que as relações sociais entre os sexos possuem. Ou seja, compreender os impactos desse projeto para mulheres é também resgatar a posição histórica que as mulheres assumem, onde as relações de poder entre homens e mulheres se distribuem de forma desigual. Beauvoir (1970), explica o porquê da invisibilidade da mulher como protagonista da história, ao evidenciar que:

Toda a história das mulheres foi feita pelos homens [...] eles é que sempre tiveram a sorte da mulher nas mãos; e não decidiram em função do interesse feminino [...] foi o conflito entre a família e o Estado que então definiu o estatuto da mulher (BEAUVOIR, 1970, p. 167).

Apesar de avançarmos bastante no âmbito dos direitos das mulheres, sabe-se que as estruturas patriarcais ainda não foram superadas e se reproduzem cotidianamente. É da necessidade de reforçamos a luta contínua das mulheres por direitos iguais e oportunidades que destacamos a importância dessas ações e projetos vinculados ao empoderamento feminino.

Leon (1997) ressalta que só é possível uma transformação da sociedade patriarcal por meio da interação em coletivos. Ou seja, com o coletivo das mulheres organizadas, reconhecendo-se como sujeitos de direitos. Para Chauí (1982) as mulheres só se reconhecem enquanto sujeitos de direitos enfrentando em coletivo o conjunto de desigualdades de gênero que as limitam no pensamento, na ação e no sentimento.

Pela análise dos depoimentos, depreendemos que o projeto se configura como um instrumento poderoso de autoestima para essas mulheres do bairro Vila Maranhão e especificamente a comunidade Sitinho. Isso porque atua de forma a viabilizar possibilidades de atuação constante para mulheres em situações de vulnerabilidade, que desempenhavam apenas papéis domésticos e de maternidade.

Com o projeto, vislumbram a oportunidade de trabalho com funções sociais ligadas à produção artística, de forma articulada à atividade econômica, ao empoderamento feminino e a autonomia profissional. Ultrapassa, portanto, a figura

central da vida doméstica, responsável pela reprodução da força de trabalho apenas por meio de tarefas e cuidados da maternidade e se impõe como participante dos processos produtivos, desmistificando a cultura patriarcal e que “sexualiza” a mulher para procriação.

No que tange aos impactos positivos e negativos, as mulheres que participam do projeto relataram que dos pontos positivos destaca-se essa parceria que, dentre tantas outras empresas que se fazem presentes na comunidade, foi a única que conseguiu concretizar ações e projetos na comunidade.

Dentre os negativos, evidenciam que sempre foi recorrente a presença de empresas no entorno da comunidade, mas nenhuma se interessou em conhecer a realidade e articular projetos em vista de ausências e impactos propiciados pela operacionalização dessas empresas.

Artesã 4: a gente nunca foi tão bem contemplado quanto a esses projetos organizados pela ONG NAVE, nos sentimos importantes e competentes através da geração da nossa renda. Muitas empresas daqui do entorno nunca se importaram em nos ajudar, apesar de várias coisas que produzem e nos impactam. É muito bom ver uma empresa se organizando com uma ong para ajudar as pessoas, principalmente nós mulheres que estamos muito vulneráveis e precisamos de renda. Eu vejo que a responsabilidade social pode ser um fator favorável para ajudar o próximo.

No que se refere à dimensão de desafios, uma das entrevistadas relatou que, devido a produção de bolsas depender de uma clientela, às vezes elas não conseguem vender toda a produção. No entanto, a NAVE está sempre organizando participações das artesãs em eventos diversos, ofertando-as possibilidades de vender os materiais e se envolverem no processo de comercialização da produção do projeto.

Um exemplo dessa parceria com eventos diversos e dentre outros, é a parceria estabelecida entre a NAVE com a o “Brechó entre amigas” que insere no catálogo do brechó a produção oriunda dos projetos em prol de uma maior divulgação dos materiais. São várias as formas que a ong estabelece para comercialização dos produtos, no intuito de impulsionar o negócio social.

No entanto, existe um apoio muito grande da comunidade para com a compra dos produtos confeccionados, reconhecendo a importância do apoio comunitário e da cooperação entre os projetos desenvolvidos no âmbito da geração de renda e da economia solidária.

Artesã 2: na nossa comunidade, tem gente que compra os nossos produtos e diz: “olha, é tia, isso aqui é do Trançando Arte”, foi vocês que fizeram?”

respondo com muito orgulho que sim, a gente celebra essa cooperação e ajuda mútua de toda a comunidade, além das parcerias que a NAVE articula para a venda dos nossos produtos, é um prazer imenso está fazendo parte dessa parceria.

Quando ressaltamos a economia solidária, esse é um termo que surge no século XX e, para Singer (2002) expressa uma resposta ao estrangulamento financeiro de desenvolvimento, a desregulamentação da economia e a liberação dos movimentos do capital. Nishimura (2005) aponta que a economia solidária possui as seguintes características: cooperação (existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidade), autogestão (práticas participativas de autogestão nos processos de trabalho), dimensão econômica (recursos para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo), e a solidariedade dos envolvidos.

A economia solidária corresponde ao conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizados sob a forma de autogestão, isto é, pela propriedade coletiva dos meios de produção de bens ou prestação de serviços e pela participação democrática nas decisões dos membros da organização ou empreendimento. A economia solidária compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob forma de cooperativas, federações e centrais cooperativas, associações, empresas autogestionárias, movimentos, organizações comunitárias, redes de cooperação e complexos cooperativos. Envolve produção de bens, prestação de serviços, finanças, trocas, comércio e consumo (BRASIL, 2005, p. 7).

Além de todo o âmbito de produção, articulação do projeto, captação de recursos e a operacionalização, existe também o apoio psicológico para auxiliar no cuidado da saúde mental com as mulheres engajadas no projeto Sitinho Trançando Artes, onde é feito atendimento psicológico grupal, fortalecimento de vínculo entre comunidade e instituição, encaminhamentos e articulações, fortalecimento do empoderamento feminino, autonomia e negócios sociais.

Além do apoio psicológico, atua-se também um profissional de Serviço Social, onde este atua no âmbito da elaboração dos projetos, tendo como perspectiva despertar a vivência para a cidadania e ao acesso à direitos, atuando também na rede de atendimento da política de assistência social, com a oferta de serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, através de reuniões socioeducativas e atividades artísticas, culturais e de fomento à autoestima, como é o caso do projeto em análise.

Pesquisador: o que você acha do atendimento psicológico e do trabalho do assistente social no projeto?

Artesã 4: o apoio que recebemos é também importante porque nos envolvemos emocionalmente com o projeto e existem problemas externos que afetam nosso cotidiano de produção, a NAVE pensou muito bem para nos ajudar com esses atendimentos realizados, a terapia nos faz sentir sensações boas e pensar nos mínimos detalhes do nosso dia a dia, a assistente social nos auxilia bastante com nossos direitos e nos orienta a fortalecer nossos vínculos familiares e com a comunidade. Com certeza é um diferencial e tem um impacto positivo na nossa realidade.

Essa intervenção multiprofissional serve como uma rede de apoio às mulheres envolvidas com o projeto. Objetivou-se, nessa atuação conjunta, aumentar a qualidade relacionado ao cuidado com as artesãs, onde uniu-se diferentes especializações, com suas específicas abordagens e habilidades, para auxiliar no desenvolvimento do projeto.

Artesã 1: me sinto acolhida pelo projeto desde sempre, pelo cuidado e afeto que ele possui. Somos mulheres em busca de renda, mas também de autonomia e força de vontade. Alguma de nós nunca tivemos a atenção e cuidado que temos, a aprendizagem é um importante diferencial. Aqui somos estimuladas a participar de processos decisivos no Sitinho Traçando Arte, acho interessante a forma que a NAVE nos insere aqui.

Dessa forma, afim de exemplificar através de uma síntese em ilustração, organizou-se uma tabela com os dados dos impactos estruturado a partir da coleta de dados anteriormente discutida, como mostra a seguir:

Tabela 1. Impactos do projeto Sitinho Traçando Arte

Quantidade de mulheres envolvidas	Renda	Trabalho/Profissionalização	Autonomia
15	No que se refere à renda, algumas mulheres relatam que conseguiram dimensionar seu acesso à renda através do projeto, pois antes se viam desassistidas por nenhum tipo de inserção em mercado de trabalho formal ou projetos sociais.	O trabalho e a profissionalização vieram através da confecção dos artigos para vendas. Esses artigos geralmente estão expostos em stands de eventos culturais ou no cotidiano da ONG NAVE. Através da venda dos materiais produzidos pelas mulheres envolvidas no projeto, a geração de trabalho é um dos grandes impactos do projeto.	A autonomia financeira é relatada pela maioria das mulheres envolvidas com o projeto. Nessa questão, é majoritário relatos de o quão o projeto impactou no empoderamento e na independência financeira das envolvidas.

Verifica-se o potencial de impacto expressivo no cotidiano das mulheres envolvidas no projeto. Existe um paralelo, inclusive, de mudança de vida, hábitos, onde as mesmas se sentiram até mais assistidas, tendo em vista a escassa presença

de políticas públicas e a ineficiência do Estado diante de sua intervenção nas expressões de vulnerabilidade presentes no bairro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A motivação inicial para a realização desta pesquisa foi a inserção da autora no cotidiano do projeto analisado, com foco em segmentos mais vulnerabilizados nas relações de inserção no mercado de trabalho, como as mulheres do bairro Vila Maranhão, em São Luís/MA.

Durante o desenvolvimento do referencial teórico, tivemos a preocupação de criar bases sólidas para os problemas da investigação. A partir disso, buscou-se apurar as contribuições sócio-históricas do surgimento das primeiras manifestações do terceiro setor no Brasil até suas expressões já consolidadas, através do fenômeno das ONGs, foi possível compreender a conjuntura estratégica que essas organizações possuem diante da agenda de políticas públicas. Existe, ainda, um debate maior onde afirma que no conjunto das medidas neoliberais, as propostas de geração de renda são introduzidas para um público predominantemente feminino.

Dessa forma, no que se refere ao estudo bibliográfico, foi possível estabelecer condições de análises concisas e coerentes com o método que pretendeu-se usar, trata-se de um ângulo crítico das relações estabelecidas no contexto do terceiro setor e suas expressões cotidianas: os espaços das ONGs. A inclinação do tema à um recorte específico de operacionalização do projeto Sitinho Trançando Arte da ONG Nave possibilitou a compreensão do objetivo central da pesquisa, o de analisar a experiência empírica dos impactos do projeto em seu meio de concretização.

Procurou-se, ao longo deste trabalho, correlacionar o discurso teórico e a realidade empírica do objeto de análise, partindo da concepção crítica das ONGs na agenda neoliberal e, contraditoriamente, os impactos positivos que os projetos desenvolvidos pelas mesmas causam no âmbito social. Para isso, tornou-se necessário expor toda a configuração complexa do terceiro setor e as dificuldades existentes no processo de refilantropização das expressões de vulnerabilidade social. As políticas públicas, como visto, são objeto de sucateamento e desfinanciamento, fazendo com que as ONGs se organizem para intervir nessas questões.

Observa-se, portanto, o impacto da política de geração de renda articulada pela ONG Nave pelo projeto Sitinho Trançando Arte na vida no cotidiano das mulheres do bairro Vila Maranhão. Através de questões como autonomia, empoderamento e autoestima.

Os relatos de vivência são constantemente envolvidos pela concretização de instrumentos e possibilidades de confecção de produtos oriundos de recursos naturais, como o buriti, para a produção dos materiais, como bolsas usando a fibra e palha do buriti, e estímulo ao empreendedorismo.

Nesse sentido, enquanto projeto de geração de trabalho e renda, o Sitinho Trançando Arte é um evidente esforço de investimento em ações que intensifiquem o empoderamento feminino, a autonomia das mulheres diante de suas condições financeiras, a autoestima e a inclusão de gênero na sociabilidade. É inegável que muitas situações encontradas em campo precisam ser mais investigadas e analisadas, isso faz parte do universo científico. Desse modo, a expectativa é que este trabalho provoque estímulos e indagações perante a atuação das ONGs nos espaços sociais, nos projetos de geração de trabalho e renda e sob o recorte das políticas públicas focadas para as mulheres no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, Mônica Maria Torres de. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 09-23.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1995.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. v. 2. 2. ed. [s. l.]: Difusão Europeia do Livro. 1970.
- BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa: o movimento operário europeu em crise**. São Paulo: Boitempo, 1998.
- BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- CAMPOS, Lauro. **A crise da ideologia keynesiana**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- CARNEIRO, Elizangela dos Santos. **Serviço Social e terceiro setor: considerações sobre as atuais relações e condições de trabalho para o Assistente Social em Natal**. 2005. 138 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Formação Profissional, Trabalho e Proteção Social; Serviço Social, Cultura e Relação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre violência contra a mulher. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.
- COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM/UFBA, 2011. Disponível em: http://www.reprolatina.institucional.ws/site/respositorio/materiais_apoio/textos_de_apoio/Genero_poder_e_empoderamento_das_mulheres.pdf. Acesso em: 12 ago. de 2021.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE SOUZA MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2011.
- DURIGUETTO, Maria Lúcia. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. **Serviço Social & Sociedade**, ano 26, n. 81, p. 82-101, mar. 2005.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MONTAÑO, Carlos. **Estado, Classe e Movimento Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

FERNANDES, Rubem César. **Privado, porém público**: O terceiro setor na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique. CLACSO. **Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales**, Buenos Aires, 2006.

FREIRE, Paulo. **Medo e ousadia**: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

HARVEY, David. **Neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2005.

HOBBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1999. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

IANNI, Octávio. Neoliberalismo e Nazifascismo. São Paulo, **Revista Crítica Marxista**, v. 1, tomo 7 Xamã, 1998. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie10Dossie1.pdf. Acesso em: 21 ago. de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2000**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo/divulgacao.shtm>. Acesso em: 30 ago. de 2021.

LEON, Magdalena. **Poder y empoderamiento de las mujeres**. Bogotá: Tercer Mundo Editores; Fondo de Documentación Mujer Y Genero de La Universidad Nacional de Colombia, 1997.

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e Pobreza no Brasil**. Relatório Final do Projeto de Governabilidade Democrática de gênero em America Latina y El Caribe. Brasília: Cepal, 2005.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete (Org). **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, Ana Elizabete (Org). **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OTONI, Ricardo Benedito. **A ocupação agrária do povoado Vila Maranhão e a proposta de instalação de um polo siderúrgico em São Luís**: soberania ou dependência brasileira através da política de exportação de recursos naturais. II Jornada Internacional de Políticas Públicas, p. 1-10, 2005.

PETRAS, James. Os fundamentos do Neoliberalismo. In: OURIQUES, Nildo Domingos; RAMPINELLI, Waldir José; (Orgs). **No fio da navalha**: crítica às reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997.

PORTO, Maria Célia da Silva. Estado e neoliberalismo no Brasil contemporâneo: implicações para as políticas sociais. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 4. Neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas. UFMA. São Luís no Maranhão, 2009. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2009. Disponível em:
http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/1_Mundializacao/estado-e-neoliberalismo-no-brasil-contemporaneo.pdf. Acesso em: 19 ago. de 2021.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. Org. **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: Action Aid Brasil. Rio de Janeiro, 2002.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. **Conceituando “empoderamento” na perspectiva feminista**. 2006. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 12 ago. de 2021.

STEIL, Carlos Alberto; CARVALHO, Isabel C. ONGs: itinerários políticos e identitários. **Cultura y neoliberalismo**. Buenos Aires: Clacso, p. 171-193, 2007.

STREECK, Wolfgang. **As crises do capitalismo democrático**. Novos estudos CEBRAP, p. 35-56, 2012. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/nec/a/C7TPzqZKQCHQ5YbXCyJGp6b/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 ago. de 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE A - DIAGNÓSTICO DE ESTUDO (PESQUISA DE AVALIAÇÃO)
ONG NAVE

Nome :	Período:
Endereço :	
Qual projeto :	
1 – Desde quando está no projeto?	
2 – Quais as atividades que já fez com a NAVE?	
3 – O que acha da VALE?	
4 – O que acha do projeto atual?	
5 – Pontos positivos e pontos negativo do antes e depois do projeto	
6 – Querem outros projetos?	
7 – Tem alguma sugestão para NAVE melhorar?	
8 – Qual sua opinião sobre a NAVE e o projeto?	